

1993, que prometes?

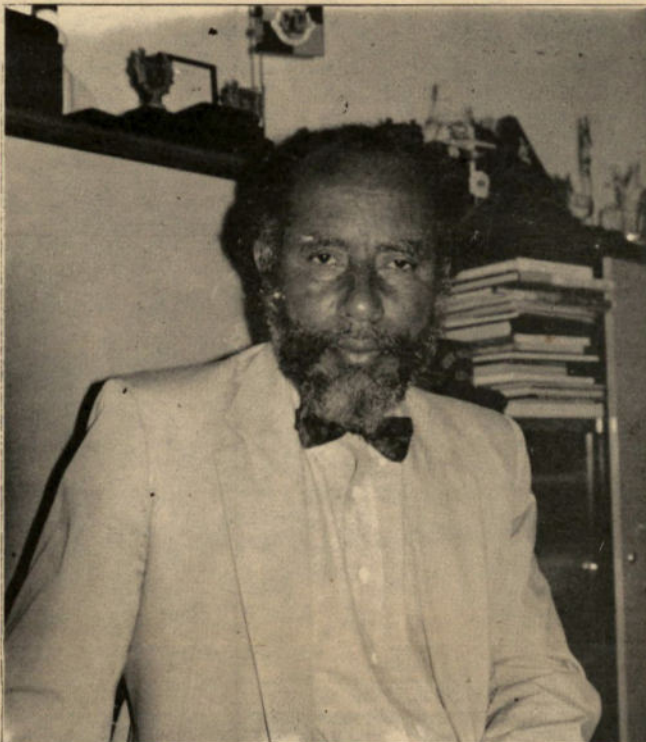
Um espaço democrático no Mindelo

A Convenção Nacional do Movimento para a Democracia, nos dias 29, 30 e 31 deste mês e o Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde em Julho ou Agosto são, seguramente, os dois maiores acontecimentos políticos que o ano de 1993 vai registar.

A Convenção do MpD será importante, pelo menos pode vir a sê-lo, primeiro porque vai aprovar novos Estatutos para esse partido, os quais retirarão poderes ao presidente e criarão um órgão executivo nacional mais pequeno que dirigirá a orquestra - partido e Governo; segundo porque elegirá novos responsáveis, provavelmente um outro Secretário Executivo em substituição de José António dos Reis, responsáveis que tentarão conseguir transformar o MpD num partido no verdadeiro sentido da palavra; terceiro, o que é mais importante, a Convenção, mesmo sem alterar as opções de fundo vai dotar o partido de Carlos Veiga de estratégias de curto prazo para tentar melhorar a imagem que se degrada a olhos vistos.

A «ala dura» do MpD pode vir a ganhar maior preponderância com um bom nível de representatividade no novo órgão executivo ou então terá a sua influência reduzida. Mesmo se essa «ala dura» perder influência como um todo, Eurico Monteiro, individualmente, pode vir a consolidar a sua posição se for eleito Secretário Executivo. O actual Ministro da Justiça e do Trabalho que, apesar de ter já manifestado que não se candidata ao lugar de Presidente, vai apresentar uma «moção de estratégia» de contornos ainda não conhecidos, é indicado como um dos poucos dirigentes do MpD habilitados para tirar esse partido do marasmo em que se encontra o que é ilustrado pelas dificuldades encontradas na eleição dos representantes à Convenção.

Carlos Veiga, conhecido como moderado tem a tarefa de «limpar o ódio das fileiras do MpD» pondo um ponto final à tentativa de julgar o anterior regime sem um culpado certo e sem crime especificado e às constantes perseguições de que a Câmara de S. Vicente diz ser vítima. Na última sessão da Assembleia Municipal, concretamente no dia 29 de Dezembro do ano passado, Onésimo Silveira, ao mesmo tempo que falava uma vez mais da fome em S. Vicente, denunciava a existência de comissões do MpD presididas por altos dirigentes desse partido que têm como único objectivo «dar cabo da Câmara de S. Vi-



Onésimo Silveira, o promotor do espaço democrático.

cente e do seu Presidente».

As diversas audiências em que foram ouvidos, nomeadamente o antigo Primeiro Ministro, são hoje conhecidas como «uma operação cujo objectivo fundamental era, exactamente fazer crer que o MpD não tinha esquecido as promessas eleitorais de levar para o banco dos réus antigos governantes». Mas o MpD, porque aprovou uma Constituição que pugna por um Estado de Direito e defesa dos direitos humanos, está nesse dilema e sabe «que não consegue os seus intentos».

De qualquer forma essas audiências que contribuíram para dar algum ânimo a algumas estruturas do MpD de nada serviram para outras.

O certo é que os dossiers «África», «Brasília» e «Reforma Agrária» têm sofrido ultimamente muito desgaste particularmente o da «Reforma Agrária» com o livro de Germano Almeida «O dia das Calças Roladas» que, como o livro de Onésimo Silveira «Tortura em nome do Partido Único», devia ser também enviado para a Procuradoria-Geral da República para se determinar se há ou não matéria passível de procedimento criminal.

Carlos Veiga, enquanto Primeiro Ministro, tem todo o interesse em consolidar a sua posição para poder estar à vontade para fazer a remodelação que deseja. Ele manifestou já, várias vezes em privado, a vonta-

de de ter um governo de unidade nacional. Não no sentido clássico da divisão de lugares entre os partidos, mas um governo em que participem individualidades, membros ou, talvez, partidos da oposição mesmo que, formalmente, não os representem.

As dificuldades do arranque

Quando se discutiu o Orçamento do Estado para 1992 o Governo declarou que esse ano ia ser o do arranque económico. Quando se discutiu o Orçamento deste ano o Ministro das Finanças e do Planeamento voltou a dizer o mesmo: «1993 vai ser o ano do arranque económico». O Governo que o MPD formar depois da convenção terá que ser capaz de dar esse arranque económico que prometeu tanto durante as campanhas eleitorais.

Tudo leva a crer que, para o MPD, arranque económico significa privatizar parte considerável da economia. O Governo pode decidir manter alguns sectores, muitos poucos, que considerar chave ou então os dividir entre o Estado e privados nacionais e estrangeiros.

Para levar a cabo o seu plano o Governo terá que criar todas as condições para atrair os privados estrangeiros já que os nacionais não dispõem de grandes recursos financeiros.

Muitos técnicos nacionais e mesmos estrangeiros que conhecem bem a realidade Cabo-verdiana têm posto muitas dúvidas sobre o processo de privatização que o Governo pretende iniciar este ano. Interessará a um investidor externo «vir enterrar dinheiro» num país com um mercado reduzido?

Para além do mais, em S. Vicente, por exemplo, os investidores externos que se têm apresentado deparam-se com a problemática da frequente falta de água e de energia eléctrica. E não se sabe se os projectos de aumento da capacidade da actual central eléctrica do Mindelo e da dessalinizadora serão uma solução definitiva. É por isso que os técnicos nacionais têm aconselhado os investidores a dotar as unidades industriais dos seus próprios geradores de energia. É o caso de uma fábrica de sapatos que vai ser construída entre a cidade e o aeroporto, provavelmente no Lazareto.

Fica desde logo evidente que os investidores preferem começar de raiz do que participar no processo de privatizações de unidades existentes algumas delas já falidas.

PAICV — Um Congresso de sucessão?

O Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde é outro acontecimento que irá marcar o ano de 1993.

O PAICV como partido que governou durante mais de 15 anos e é protagonista do prestígio que o país goza no plano internacional continua a chamar a si uma «grande responsabilidade histórica» no quadro do sistema político nacional.

É exactamente por isso que os membros aguardam que o Congresso que vai ser convocado para Julho ou Agosto consiga resolver os grandes problemas internos como sejam da liderança: de um lado há membros que optam por liderança mais jovem que não esteja marcado por nenhuma responsabilidade directa na gestão anterior de Cabo Verde e que esteja opta a concorrer para o cargo de Primeiro Ministro nas próximas legislativas; por outro, há membros que continuam a pensar que Pedro Pires é indispensável ao PAICV pela sua experiência política e que ele está ainda longe de estar politicamente esgotado.

Estes últimos consideram que a sociedade acabará por acreditar que Pedro Pires não repetiria os mesmos erros e apontam como prova as me-

didias de correcção introduzidas pelo seu último governo e que não foram completamente postas de lado pelo governo de Carlos Veiga.

Mas um grande problema que se põe ao PAICV é a escolha de um novo líder o que só poderá acontecer depois de Pedro Pires, que tem a sua própria base de apoio que em algumas ilhas é maior que a do seu partido, decidir se sai ou não. Se Pedro Pires não resolver sair é quase seguro que não aparecerão outros candidatos para disputar o lugar.

O Congresso do PAICV vai ter que adoptar uma estratégia que faça dele um partido de oposição mais interventiva na sociedade e capaz de apresentar alternativas a todas as propostas feitas pelo o partido no poder.

O PAICV que sair desse Congresso, com Pedro Pires ou sem ele, terá que ser capaz de se libertar da sombra das acusações do MPD através de uma demonstração clara de que são acusações infundadas. Caso contrário nas próximas legislativas de 1995 voltará a sofrer os mesmos ataques.

As grandes surpresas

A ilha de S. Vicente parece estar disposta a ser protagonista de acontecimentos que, à posteriori, serão tidos como importantes no contexto nacional.

Apesar de Onésimo Silveira ter desmentido a sua intenção de criar um partido, estamos em condições de afirmar que, na verdade, o Presidente da Câmara de S. Vicente juntamente com Humberto Leite, ex-Director-Geral da campanha de Mário Soares, e outras personalidades vai criar uma associação política que terá o nome de ESPAÇO DEMOCRÁTICO.

Mas antes de dar esse passo Onésimo Silveira vai dar um outro não menos importante. Ele participa na criação de uma empresa multimédia e tem como sócios, de acordo com as nossas fontes, Daniel Mascarenhas (Djibla), Cardoso dos Santos, da fábrica de Tabacos, e o próprio Humberto Leite. Uma fonte assegurou-nos que Leão Lopes, actual Ministro da Cultura e Comunicação, é um sócio sombra que está a coberto de Humberto Leite que subcreve mil contos em vez de 500 como os outros. Essa multimédia vai montar primeiro uma Rádio e depois, provavelmente, uma televisão.

O ESPAÇO DEMOCRÁTICO será inicialmente de cariz regional mas o objectivo final é a participação nas próximas legislativas.

Para isso o Espaço terá que se transformar em Partido o que vai ser extremamente difícil. Outra possibilidade será através de uma coligação com outras associações ou partidos políticos. Mas para já a coligação do ESPAÇO ao MPD ou ao PAICV «está fora de questão», disse-nos um observador mindelense próximo de Onésimo Silveira. ■

Júlio Vera-Cruz Martins